

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Se eleita senadora, Michelle tomará conta do marido?

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro teve sua candidatura ao Senado pelo PL do Distrito Federal confirmada neste domingo, 2, em convenção local da sigla. Era esperado um primeiro encontro entre Michelle e seu enteado Flávio Bolsonaro, candidato do PL a presidente da República.

Antes da reunião ela publicou uma foto no Instagram mostrando que ainda estava hospitalizada por conta de crises recorrentes de enxaqueca. A expectativa no partido era de que fosse liberada a tempo de participar do evento. Mas a ex-primeira-dama não apareceu.

No sábado a presidente regional do PL-DF, deputada Bia Kicis, se lançou candidata ao Senado e declarou que Michelle confirmara que integraria a chapa.

A foto publicada no Instagram fez lembrar seu marido, Jair Bolsonaro, que durante as campanhas eleitorais costumava divulgar fotos em passagens por hospitais. Isso desencadeou entre aliados e adversários especulações sobre se será essa também uma estratégia da campanha da ex-primeira-dama.

Houve ainda especulações de que a enxaqueca foi providencial para evitar o reencontro com Flávio, a quem Michelle acusou em vídeo de tê-la maltratado após ela criticar a aliança do partido com o candidato do PDT a governador do Ceará, Ciro Gomes.

Uma curiosidade também levantada por

aliados e adversários do bolsonarismo: segundo a defesa, Geovanna Lima, irmã de Michelle, foi chamada a prestar auxílio ao ex-presidente Jair Bolsonaro e à filha do casal.

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou que Geovanna entre e permaneça na casa onde o ex-chefe do Executivo cumpre prisão domiciliar enquanto a ex-primeira-dama passar por exames hospitalares.

Moraes determinou que, assim que Michelle retornar do hospital, o STF deverá ser comunicado “imediatamente”. Afinal, um dos motivos para que ele autorizasse a prisão domiciliar humanitária do marido foi o fato de a ex-primeira-dama ter-lhe garantido, em encontro no dia 23 de março, que tomaria conta em tempo integral de Bolsonaro.

O ex-presidente havia sido internado com sinais de broncopneumonia. Segundo Michelle, se ele tivesse sido socorrido cerca de uma hora mais tarde, poderia ter morrido. Ela afirmou que Bolsonaro não pode ficar sozinho pelo risco de broncoaspiração causada pelos soluços, especialmente à noite. Daí a necessidade de sua presença em casa.

Além disso, segundo a defesa, Bolsonaro toma remédios que alteram sua capacidade de entendimento. Os advogados chegaram a afirmar que esses remédios poderiam ter sido a causa de ele ter tentado violar sua tornozeleira eletrônica com um ferro de solda, em novembro de 2025, o que resultou em sua prisão preventiva depois revista.

A pergunta que fica é: e se a ex-primeira-dama for eleita senadora, como ela cumprirá a missão de tomar conta do marido em tempo integral?

MÁRCIO COIMBRA

CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia

Lições das tarifas — Como o Brasil perdeu influência comercial

O tabuleiro comercial sofreu um realinhamento profundo, e o Brasil moveu-se tarde e mal. A confirmação de que o USTR concluiu a investigação sob a Seção 301, oficializando a sobretaxa de 25% sobre produtos brasileiros, é um revés severo. Mas, acima de tudo, é um diagnóstico implacável sobre o amadorismo e a saturação ideológica que paralisam nossa diplomacia governamental.

Diferentemente do tarifaço de 2025 — derrubado por seu vício político —, a investida atual possui blindagem técnica por ser um processo administrativo da Seção 301, de difícil reversão. O USTR apontou “práticas injustas”, misturando assimetrias reais (etanol, propriedade intelectual e tarifas) com pautas sobre soberania, como o escrutínio sobre decisões do STF contra big techs, combate à corrupção e desmatamento.

Soma-se a isso a contaminação de agendas, a chamada linkage diplomacy. A recente classificação de facções brasileiras como organizações terroristas por Washington fundiu governança econômica e segurança nacional. O comércio virou moeda de troca geopolítica de alta complexidade — tabuleiro em que nossa diplomacia estatal demonstrou pouca agilidade de manobra.

Diante desse cerco previsível, Brasília respondeu com passividade técnica e retórica inflamada para consumo interno. O Planalto preferiu a inércia para explorar o desgaste eleitoralmente. Essa postura gerou forte reação da FIESP, que

criticou o governo por alimentar “ruídos desnecessários” e priorizar conflitos personalistas em vez da economia. Estão certíssimos.

A ameaça da Fazenda de retaliar via “Lei de Reciprocidade” expõe um desconhecimento preocupante de mercado. Como ex-diretor da Apex-Brasil, sei que barreiras de vingança encarecem insumos, asfixiam importadores e destroem empregos logísticos. A obsessão por superávits ignora que potências modernas usam importações estrategicamente para criar dependência mútua, e não guerras emocionais.

Enquanto Brasília flerta com o confronto, os EUA dão uma aula de realpolitik. Junto aos 25%, o USTR aplicou 2.100 exceções, poupando setores como aeroespacial (Embraer), café e carnes. Onde o Brasil tem indispensabilidade estrutural, a tarifa caiu para blindar o americano da inflação e, onde somos substituíveis, fomos atingidos sem hesitação.

Esta assimetria ficou clara nos bastidores. Diante da omissão oficial, canais de representação setorial agiram. A articulação privada levou a Washington dados técnicos que provaram o impacto das tarifas nas próprias indústrias americanas, mitigando as sanções — esforço do qual participo ativamente nos EUA desde as primeiras medidas. A Casa Branca responde a dados e à articulação direta, não a notas de repúdio.

A lição é urgente: a inserção internacional do país não pode ser refém de voluntarismos. O protecionismo não se combate com indignação, mas com inteligência comercial. Para reaver a confiança, o Brasil precisa devolver o protagonismo à diplomacia corporativa privada. Sem eficiência interna e interlocução técnica despida de ideologia, assistiremos passivos à erosão de mercados que levamos décadas para conquistar.

EDITORIAL

O leilão da Fazenda Remonta e a miopia urbana

A recente arrematação da Gleba B da Fazenda Remonta por R\$ 494,4 milhões pela Alphaville Desenvolvimento Imobiliário escancara uma lógica perversa que insiste em governar o crescimento metropolitano: a conversão do patrimônio ambiental público em lucro imobiliário. Promovido pela Fundação Habitacional do Exército (FHE), o leilão do terreno de 162 hectares, situado estrategicamente entre Campinas e Valinhos, não é um fato isolado, mas o sintoma de um modelo de desenvolvimento urbano que devora seus últimos refúgios naturais enquanto transforma a preservação ecológica em obstáculo descartável.

Não se trata de uma área verde qualquer. A Fazenda Remonta abriga um dos mais importantes remanescentes de Mata Atlântica da região e desempenha um papel ecológico insubstituível. O espaço funciona como um corredor ecológico vital, interligando a Floresta Estadual da Serra D'Água à Estação Ecológica de Valinhos. Essa conexão garante o fluxo gênico e a circulação segura de espécies ameaçadas, como a onça-parda. Felinos jovens necessitam dessas faixas contínuas de mata para buscar novos territórios na idade adulta. Sem essa ligação, as reservas transformam-se em ilhas isoladas, empurrando os animais para o tráfego pesado e multiplicando atropelamentos nas pistas regionais.

É justamente na relação entre a especulação imobiliária e a malha viária que reside o ciclo mais destrutivo desse modelo. A instalação de loteamentos fechados de alto padrão em áreas periféricas e lindeiras a rodovias pressiona o trânsito local. Em pouco tempo, o gargalo gerado serve de pretexto técnico para a abertura de novas vias de rodoviarismo, a exemplo das polêmicas intervenções no projeto do Contorno Norte de Campinas, exigindo novos rasgos na vegetação e destruindo zonas de amortecimento. Alimenta-se um círculo vicioso: desmata-se para erguer condomínios, erguem-se estradas para atendê-los e desmata-se novamente para rasgar mais asfalto.

Frente a esse paradoxo, a indagação que se impõe ao poder público e à sociedade é inescapável: por que não planejar o crescimento urbano direcionando os novos empreendimentos para vazios urbanos, terrenos já degradados ou áreas consolidadas com infraestrutura, poupando o que resta da cobertura vegetal nativa? Por que sacrificar áreas de preservação estratégica quando existem alternativas territoriais evidentes?